

“INDUSTRIALIZAÇÃO” DOS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS: CONTRADIÇÕES DO PROCESSO - O CASO DE PORTUGAL*

Lucília Caetano **

RESUMO

Após a década de 70, a “industrialização” das periferias apresenta-se como uma trajectória de desenvolvimento, na qual intervém:

- a reestruturação da indústria transformadora a nível técnico (organização dos processos de produção/segmentação, relações inter-indústrias e inter-firmas) e ao nível do espaço (localização/deslocalização).

- a competitividade entre firmas, estimulando a transferência das unidades de produção para territórios não metropolitanos, com a preocupação de atingir custos de produção mais baixos;

- factores estruturais ligados às mutações económicas e tecnológicas das sociedades industrializadas: desindustrialização e condições de mercado de trabalho;

- estratégias endógenas de desenvolvimento envolvendo agentes inovadores, mobilização de poupanças, valorização de recursos locais e sistemas de incentivos de âmbito nacional ou local.

Na sequência da intervenção destes processos, dois cenários são possíveis:

- “industrialização” dependente do exterior e fundamentada em sectores industriais exportadores baseados, sobretudo, em vantagens de custos salariais;

- “industrialização” sustentada/modelo milagre italiano.

De comum apresentam, no geral, tipologia industrial tradicional e estagnante que assenta em mão-de-obra banalizada, essencialmente feminina e jovem, apoiando-se, com frequência em trabalho ao domicílio/clandestino.

Neste contexto, a economia portuguesa segue um modelo de desenvolvimento paralelo ao da região periférica mediterrânea.

Esta “industrialização” foi acelerada após a adesão de Portugal à CEE (actual UE) mediante o acréscimo do investimento directo estrangeiro.

O litoral foi, particularmente, privilegiado ao beneficiar de 82,5% do capital investido. E, deste modo, se reforça a litoralização da economia.

Ou seja, características controversas que questionam sobre o futuro, próximo, da “industrialização” de Portugal e que, simultaneamente, agravam as disparidades regionais.

Palavras-chave: Industrialização dos territórios periféricos, modelo de desenvolvimento industrial em Portugal, estratégia das firmas, regiões periféricas.

RÉSUMÉ

Depuis les années 70, l'industrialisation des régions périphériques se présente comme une issue au développement, dans laquelle intervient:

- la restructuration de l'industrie au niveau technique (l'organisation des procédés de la production/segmentation, des relations interindustries et interfirmes) et au niveau de l'espace (localisation/relocalisation).

- la compétitivité entre des firmes entraîne le déplacement des usines vers des territoires non-métropolitains; la principale préoccupation est de limiter les coûts de production.

- les facteurs structureaux liés aux mutations économiques et technologiques des sociétés industrialisées: désindustrialisation et des conditions du marché du travail.

* Comunicação apresentada ao 27º Congresso Internacional de Geografia realizado em Washington de 9 a 14 de Agosto de 1992.

** Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

- des stratégies endogènes de développement impliquant des agents innovateurs, la mobilisation de l'épargne, la valorisation des ressources locales et des systèmes de stimulation d'ordre national et local.

La participation de ces processus permet l'identification de deux modèles d'industrialisation:

- un modèle dépendant de l'extérieur et s'appuyant sur certains secteurs industriels exportateurs basés, essentiellement, sur les avantages des coûts salariaux.

- un modèle d'industrialisation de type "miracle italien".

En général, ces modèles présentent des caractéristiques communes: typologie industrielle traditionnelle et stagnante que repose sur une main-d'oeuvre banalisée et essentiellement féminine et jeune, recourant fréquemment au travail à domicile/clandestin.

Dans ce contexte, l'économie portugaise suit un modèle de développement parallèle à celui de la région périphérique méditerranéenne.

Cette "industrialisation" a été accélérée par l'adhésion du Portugal à la CEE moyennant l'accroissement de l'investissement direct étranger.

La zone littorale est nettement privilégiée puisqu'elle bénéficie de 82,5% du capital investi par les étrangers.

On renforce ainsi la littoralisation de l'économie portugaise.

C'est ainsi que ces caractéristiques controversées mettent en cause l'avenir prochain de "l'industrialisation" du Portugal et on constate, en même temps l'accroissement des disparités régionales.

Mots-clés: L'industrialisation des territoires périphériques, modèle de développement industriel au Portugal, stratégie des firmes, régions périphériques.

ABSTRACT

After the 1970's, the "industrialization" of the peripheries appeared as a trajectory of development in which the following were involved:

- the restructuring of the manufacturing industry at the technical level (organization of production/fragmentation processes, inter-industry and inter-firm linkages) and at the level of location;

- competition among firms, stimulating the transfer of production units to non-metropolitan areas, aiming at lower production costs;

- structural factors connected to the economic and technological changes of industrialized societies: deindustrialization and labor market conditions;

- endogenous development strategies involving innovative agents, savings mobilization, valorization of local resources, and national or local systems of incentives.

Following the intervention of these processes, there are two possible scenarios:

- an "industrialization" dependent on outside investment, comprising industrial export sectors based mainly on advantages of salary costs;

- an "industrialization" after the Italian-miracle model.

In general terms, they both present the typical characteristics of a stagnating traditional industry, based on essentially unqualified young female labor, and depending frequently on domestic/illegal work.

In this context, the Portuguese economy follows a model of development parallel to that of the Mediterranean peripheral region. This "industrialization" developed faster after Portugal's entry into the EEC, due to the increase of direct foreign investment. The coastal regions were particularly privileged, benefiting from 82.5% of the invested capital. Thus, the littoralization of the economy was reinforced. That is to say, these are controversial characteristics which put in question the near future of "industrialization" in Portugal, and which simultaneously worsen regional disparities.

Key words: Industrialization of peripheral areas, model of industrial development in Portugal, strategy of firms, peripheral regions.

A década de 70 constituiu charneira na logística industrial. Novos cenários são compostos em conformidade com a reestruturação da indústria

transformadora a nível técnico, da organização dos processos de produção/segmentação, das relações inter-indústrias e inter-firmas e da localização/deslocalização.

A competitividade entre firmas, estimula a transferência das unidades de produção para territórios periféricos, com a preocupação de atingir custos de produção mais baixos.

Factores estruturais ligados às mutações económicas e tecnológicas das sociedades industrializadas favorecem a emergência de estratégias de localização que introduzem uma nova divisão internacional do trabalho.

Paralelamente, a reestruturação da indústria transformadora tem-se traduzido em considerável perda de empregos nas tradicionais regiões industrializadas.

Consequentemente, esta dinâmica proporciona a "industrialização" de regiões periféricas.

Esta trajectória é reforçada, na década de 80, por iniciativas endógenas de desenvolvimento envolvendo agentes inovadores, mobilização de poupanças, valorização dos recursos locais e sistemas de incentivos de âmbito nacional e local (QUÉVIT, 1986; BARQUERO, 1988; HOUSSEL, 1990).

Definem-se fórmulas de desenvolvimento que podem conduzir à identificação de novos sistemas espaciais nucleares de centralidade. Entretanto, a evolução dos sistemas produtivos locais é condicionada pela sedimentação dos vários estádios económicos do território e do modo como este se insere no espaço económico nacional/internacional.

Em Portugal o esforço de "industrialização", mais profícuo, inicia-se na década de 1950, com o período da substituição de importações, seguido pelo modelo exportador e reforçado após a abertura do País ao investimento estrangeiro que coincide com a adesão à EFTA (1958).

Esta política proporcionará a progressiva integração na divisão internacional do trabalho, que se traduziu na instalação de indústrias de mão-de-obra intensiva (confeção, electrónica e produtos metálicos) tecnológica e financeiramente dependentes de firmas transnacionais.

Após 1980 incentiva-se a modernização com o apoio de programas no âmbito da adesão às Comunidades Europeias.

A lógica do investimento vigente privilegia a concentração espacial e de capital nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Neste contexto, a regulação da economia portuguesa segue um modelo de desenvolvimento paralelo ao da região periférica mediterrânea, fortemente marcado pela evolução do capitalismo internacional.

Apesar do progresso observado subsiste a situação periférica de Portugal, relativamente aos países industrializados e, internamente, aprofundam-se as desigualdades territoriais, onde a litoralização das economias é o fenómeno mais evidente.

1 - DESLOCALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE INDUSTRIAL

A concentração industrial e de população operária, que tem caracterizado as tradicionais regiões industrializadas, regida pelos princípios da lei de Weber (proximidade das

fontes de energia, das matérias-primas e disponibilidades em mão-de-obra) é totalmente abandonada.

A laboração em grandes fábricas, segundo métodos de fabricação fordista, deu lugar à segmentação dos processos de produção e à divisão regional e internacional do trabalho.

Este modelo tem como consequência a deslocalização de grande número de fábricas e de indústrias básicas para territórios bem longe dos espaços industriais tradicionais. Enquanto na siderurgia e metalurgia se optou, numa primeira fase, pela transferência da localização para zonas litorais portuárias a fim de minimizar custos de transporte e diversificar a oferta das matérias-primas ultramarinas, nas indústrias de confecção de vestuário, têxteis e química, decidiu-se pela transferência para regiões periféricas do sul da Europa (países em desenvolvimento) e novos países industrializados, que praticam baixos custos salariais e sociais.

Em conformidade com a nova ordem económica estes territórios registam aumentos de emprego (Fig. 1).

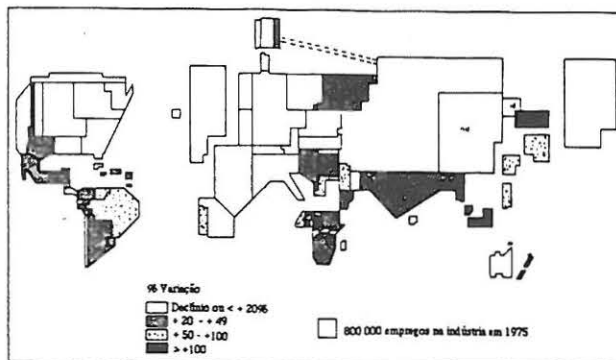


Fig. 1 - Evolução internacional do emprego na indústria, 1965/75

Fonte: WATTS, 1989, p. 2 (citando PEET, 1982)

– Este processo, subordina-se às *estratégias das firmas* multinacionais na sequência da reorganização estrutural económica, orientada para reforço competitivo.

– Os diversificados incentivos criados no âmbito das *políticas regionais de desenvolvimento*, com o objectivo de promover o crescimento económico em geral e, em particular, a localização da indústria nas regiões periféricas, têm contribuído também para a transferência de unidades fabris. Quando ocorre a transferência dos estabelecimentos, a selecção dos novos sítios é feita em função das condições oferecidas pelos territórios periféricos: promoção de solo industrial, incentivos fiscais e financeiros, custos de mão-de-obra ... enfim um conjunto de factores geradores de economia de escala.

2 - COMÉRCIO EXTERNO

Apesar de no conjunto das exportações mundiais, os países ocidentais industrializados deterem posição cimeira, os novos países industrializados (Quadro 1) ganham (entre 1963 e 1976) alguma vantagem ao passarem de 2,59% para 7,12% (WATTS, 1989, p. 20). Contudo, salienta-se o facto de as exportações dos países centrais (mais desenvolvidos) se basearem em produtos que incorporam níveis superiores de tecnologia e de valor acrescentado (mais valias). A exportação de máquinas e ferramentas, veículos, artigos eléctricos e químicos apresentam valores superiores a 40% das vendas.

Quadro 1 - Exportadores da Produção Industrial (a)

	1963 (%)	1976 (%)
Países desenvolvidos	81,36	81,68
Espanha	0,28	1,07
Portugal	0,30	0,21
Grécia	0,04	0,22
Jugoslávia	0,40	0,60
Brasil	0,05	0,41
México	0,17	0,51
Hong Kong	0,76	1,15
Coreia do Sul	0,05	1,20
Taiwan	0,16	1,23
Singapura	0,38	0,52
Sub-total (NIC)	2,59	7,12
Outros Países	16,05	11,2

(a) exclui metais não ferrosos;
 NIC - Novos Países Industrializados
 Fonte: WATTS, 1989, p. 20

O sector dos têxteis e confecção de vestuário é exemplar na estratégia empresarial de transferência para regiões com baixos custos de mão-de-obra (Fig. 2). O peso das confecções nas exportações da Tunísia é bem demonstrativo desta estratégia: 89,4% em 1984 e 87,3% em 1988 (CHARFI et HABAIEB, 1989).

– Relativamente a Portugal permanece a ultra-especialização no sector dos têxteis, vestuário, calçado, couros e peles e a dependência nas áreas da maquinaria, material de transporte, química e das agro-alimentares. Portugal, deste modo, afasta-se da evolução observada nos restantes NICs (Novos Países Industrializados) da Ásia do Leste e da América Latina (Quadros 2, 3 e Fig. 3).

Para além disto, os saldos da Balança Comercial são negativos, representando a taxa de cobertura 70,7% em 1989 e 69,6% em 1990.

A deslocalização do País, para indústrias de alta tecnologia e a diferenciação em produtos, não sofreu alteração e pelo contrário tem vindo a reforçar a

dependência do exterior: uma economia baseada num número limitado de indústrias exportadoras em detrimento dos sectores orientados para a substituição das importações.

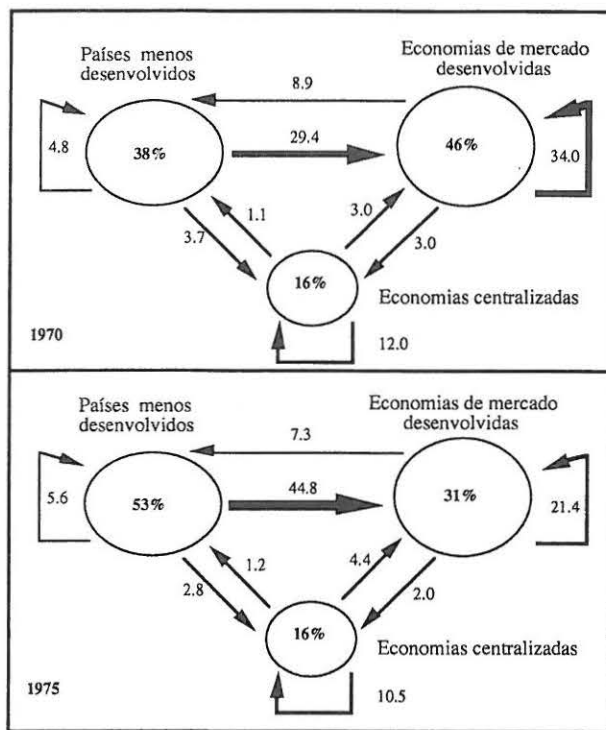


Fig. 2 - Comércio Internacional da Confecção (em % do total), 1970/75

Fonte: WATTS, 1989, p. 22

Quadro 2 - Comércio Externo - Portugal - 1989/90 (%)

	Importações		Exportações	
	1989	1990	1989	1990
Agro-Alimentar	12,2	11,6	7,6	7,3
Têxteis, Vestuário, Calçado	11,9	12,8	37,0	37,9
Fileira Florestal	3,3	3,4	14,0	12,2
Químico	21,8	21,9	9,9	9,8
Minérios e Metais	9,4	8,4	9,2	9,9
Maquinaria e Material de Transporte	36,6	36,9	19,1	19,7
Outros Produtos	4,8	5,0	3,2	3,2

Fonte: Estatísticas de Comércio Externo, INE

Pode, assim, afirmar-se que o *modelo italiano* não chegou a Portugal. Com efeito, a Itália apostou na especialização intra-sectorial, em indústrias de alta tecnologia e na diferenciação de produtos para exportação;

ou seja, em produtos com facilidade de penetração nos mercados mundiais, particularmente nas gamas médias e altas (calçado, artigos de couro, rochas ornamentais e cerâmica).

Quadro 3 - Exportações dos NICs - 1965/87 (%)

NICs	Têxteis e Confeções		Máquinas e Veículos	
	1965	1987	1965	1987
Taiwan	5	17	4	30
Hong Kong	44	34	6	22
Coreia do Sul	27	25	3	33
Singapura	6	6	11	43
Brasil	1	3(a)	2	17
México	3	2(a)	1	28
Argentina	0	3	1	6

(a) - 1986

NICs - Novos países industrializados da Ásia do Leste e da América Latina.

Fonte: GEREFFI, G. et al, 1991, p. 13.

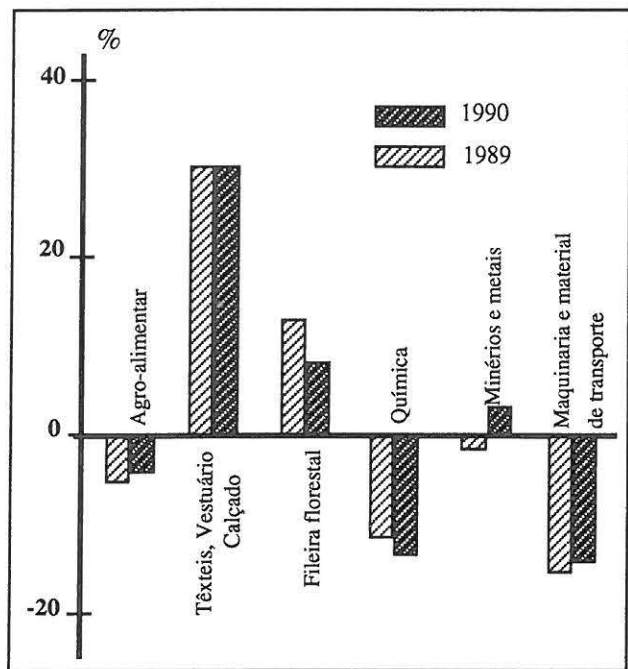


Fig. 3 - Saldo da Balança Comercial - 1989/90

Fonte: Estatísticas do Comércio Externo, INE

Neste âmbito, as grandes firmas multinacionais desempenham papel fundamental, através das estratégias

executadas. É reconhecido que a intervenção destas firmas se orienta em conformidade com o investimento directo realizado noutros países. Esta situação induz controlo e influências a diferentes níveis: estratégias de abastecimento das fábricas, produtos, extensão dos mercados e postos de trabalho, sobrepondo as decisões, em regra, à estratégia dos países que as acolhem.

É exemplar o facto de um terço das exportações e um quarto do volume de negócios da indústria transformadora portuguesa ser proveniente de empresas com capital total ou parcialmente estrangeiro (CARRIÈRE *et al.*, 1989).

Os afluxos comerciais fazem-se predominantemente com as CE's (73,9% das exportações e 69,2% das importações, em 1990). Destes países provêm também os investimentos directos estrangeiros (64,5%).

3 - INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO

O investimento directo estrangeiro (IDE) tem vindo a aumentar progressivamente (acréscimo de 45,6% em 1990, relativamente a 1989). Embora sejam os sectores imobiliário, seguros e bancário as actividades que mais têm atraído IDE, à indústria transformadora destinaram-se cerca de 30%.

No entanto, as indústrias privilegiadas são precisamente as concorrentes com as dos NICs, o que torna "Portugal o mais asiático dos países europeus" (GRAÇA, E. *et al.*, citado por CARRIÈRE *et al.*, 1989). Com efeito, Portugal funciona como uma plataforma de transformação directa, na medida em que a quase totalidade da produção é exportada para o país de origem do capital (Cfr. Quadros 4 e 2). Portugal tem, igualmente, recebido IDE cujo objectivo é conquistar espaços de mercado na Europa e surgindo, em regra sob acordos de joint-ventures: americanos (12,6%), brasileiros (4,6%) e japoneses (1,1%). Note-se que esta estratégia foi acelerada após adesão de Portugal às CE's.

Quadro 4 - Repartição do IDE na Indústria Transformadora - 1987 (%)

	IDE %
Agro-Alimentar	4,4
Têxteis, Vestuário e Calçado	10,7
Madeiras e Cortiça	15,5
Papel e Artes Gráficas	8,8
Química	12,6
Mineiras não Metálicos	26,1
Metalurgia de Base	0,4
Produtos Metálicos	21,4
Outras	0,1

Fonte: CARRIÈRE *et al.*, 1989.

O IDE tem sido dirigido preferencialmente a empresas já implantadas, destinando-se a aumento, consolidação e reintegração de capital (67,1%), seguido da criação de empresas ou de sucursais (21,9%), perfazendo em conjunto

89% (CARRIÈRE *et al*, 1989). Situação que concorre para reforçar a especialização produtiva tradicional, contrariamente ao que se observava na década de 1970 (Quadro 5).

Quadro 5 - Repartição do IDE por ramo industrial (%) 1975/1980

	Espanha	Grécia	Itália	Portugal	Turquia	Jugoslávia
Agro-Alimentares	9	2	6	9	6	6
Têxteis, Vestuário e Couro	2	3	7	7	1	
Madeira, Papel, Cartão	1	5	5	13	2	4
Química	24	24	25	15	20	25
Borracha, Matérias Plásticas	2	4	5	3	10	6
Metalurgia	4	57	14	10	4	34
Máquinas não Eléctricas	6	—	32	5	9	17
Máquinas Eléctricas	7	5		22	15	
Material de Transporte	41	—	5	5	30	2
Outras	4	—	6	11	3	6

Fonte: COURRIET *et al.*, 1984, p. 80.

Para além disto, a repartição regional do IDE privilegia o litoral. Um processo que encontra paralelo com a Tunísia, Marrocos e Grécia, acentuando as disparidades regionais entre um litoral urbanizado e um interior marginalizado/subindustrializado: 63% das empresas e 74% do capital social localizam-se no distrito de Lisboa, seguindo-se a distância o Porto, a que correspondem, respectivamente, 12,6% e 7,5% (CARRIÈRE *et al.*, 1989). No interior, apenas se evidenciam alguns investimentos ligados à indústria de confecção, componentes para veículos automóveis..., em distritos fronteiriços (Castelo Branco e Guarda).

As condicionantes que orientam a localização, selectiva do IDE decalcam as seleccionadas pelas empresas nacionais: disponibilidade de mão-de-obra com os indispensáveis requisitos de qualidade, equipamentos urbanos, ambiência económica, presença de serviços ou sectores complementares, qualidade da rede de comunicações.

A conjugação destes factores agravam a macrocefalia de Lisboa e Porto e o desenvolvimento da economia portuguesa segundo um modelo urbano-industrial tão característico das regiões mediterrânicas periféricas.

4 - PERIFERIALIZAÇÃO

4.1 - Estrutura do tecido industrial

Os empregos da população activa revelam uma estrutura que permanece afastada dos padrões dos países industrializados, só encontrando paralelo na Grécia (Quadro 6): o sector primário ocupa mais de 20% dos

activos e o terciário está abaixo da média europeia (respectivamente 44 e 59%), não obstante a evolução positiva observada na década de 80.

Quadro 6 - Emprego por sectores da actividade(%)

	1980			1988		
	I	II	III	I	II	III
Portugal	24	36	40	21	35	44
Espanha	15	40	45	14	33	53
Grécia	37	28	35	27	28	45
Itália	10	33	57	11	45	44
Eur. 12	12a)	40a)	48a)	10	31	59
USA	2	32	66	3	27	70
Japão	12	39	49	8	34	58

a) sem Luxemburgo

Fonte: O Dossier da Europa - 6 - 7/1991.

Na indústria transformadora o emprego concentra-se na produção de bens de consumo (mais de 40%), privilegiando sectores de extroversão acrescida (confecções), mantendo-se a área dos bens de equipamentos pouco expressiva (Quadro 7). Estas características são reforçadas na década de 80, inflectindo os sinais de mudança enunciados nos finais dos anos 70. Deste modo, a indústria portuguesa ao afastar-se da estrutura atingida, na vizinha Espanha já em meados de 70 (Cfr. Quadro 7), agrava a dependência.

Quadro 7 - Estrutura do Emprego na Indústria Transformadora (%)

	Portugal		Espanha(c)	
	1970(a)	1981(a)	1987(b)	1958-60/1973-75
Bens de Consumo (1)	44,4	42,0	47,6	47,4
Bens Intermédios (2)	37,4	35,0	33,4	29,9
Bens de Equipamento (3)	18,2	23,0	19,0	22,7

(1) - Indústrias de Alimentação, Bebidas, Tabaco, Vestuário, Calçado
 (2) - Indústria de Madeira, Cortiça, Papel, Químicas, Minerais não Metálicos, Metalúrgica de Base
 (3) - Indústrias de Produtos Metálicos, Equipamento Electrónico, Máquinas e Material de Transporte

Fonte: (a) Censos da População, INE; (b) Anuário Estatístico; (c) VÁZQUEZ-BARQUERO, 1986, p. 119.

Além disto, apesar da forte centralização provocada pelas nacionalizações de 1975, conjugada com a concentração e centralização do capital, o tecido industrial regista, nos últimos 15 anos, a multiplicação das PMEs que passam, em 1988, a representar 99,5% das empresas, 72,2% do emprego e 46% do volume dos negócios (Quadro 8).

Quadro 8 - Indicadores das PMIs - 1988 (%)

	Total	Emprego	Volume de Negócios
PMEs	99,5	72,2	46,0
B. de consumo	99,5	76,8	57,0
B. Intermédios	99,5	72,2	37,7
B. de Equipamento	99,7	67,9	44,1

Fonte: Caracterização das Empresas Portuguesas, 1989, INE

Esta situação que é, certamente, estimulada pela descentralização produtiva no contexto das novas estratégias da logística industrial (sobressaindo a segmentação do processo da produção e consequentemente das firmas e da prática das relações interempresariais e interindustriais, incluindo a subcontratação e, formas de economias paralelas ou subterrâneas e/ou familiares) é no caso português dinamizada após a abolição do Condicionamento Industrial (Decreto-Lei nº 523/74 de 10 de Outubro).

No entanto, no universo das PMIs deparamos com situações algo divergentes. As PMIs dominam a produção de bens de consumo ao perfazerem 57% do volume de negócios, porém, nos restantes sectores, apesar de deterem maioritariamente o emprego, são ultrapassadas no volume de negócios por um escasso número de grandes empresas (Cfr. Quadro 8) resultante da especificidade das indústrias de tecnologia/capital intensivo.

A comparação desta estrutura dimensional com a observada noutros países (por ex. França) torna ainda mais evidente a fragilidade do tecido industrial português: 67,2% das empresas francesas têm entre 10 e 49 trabalhadores enquanto, 86,5%

das empresas portuguesas têm menos de 10 trabalhadores (Quadro 9).

Quadro 9 - Dimensão das empresas industriais, segundo o pessoal - 1988 (%)

Nº de Trabalhadores	França a)	Portugal b)
< 10	—	86,5
10-49	67,2	10,3
50-199	23,7	[3,3]
200-499	5,8	
500 +	3,3	0,2
Total	100,0	100,0

Fontes: a) GABRIELLE, Jean-Paul, 1986, p. 52

b) Caracterização das Empresas Portuguesas, 1989, INE

Resta, ainda, sublinhar que no final dos anos 80 "67% da mão-de-obra empregada ... ocupa postos de trabalho de baixa qualificação, dos quais 46% também de baixa intensidade capitalista ..." (RODRIGUES, 1992, p. 173).

É evidente que este cenário concorre para a desfavorável evolução da especialização produtiva, ou seja: escassa produção de bens de equipamento (2% do valor da produção industrial, apesar de algum progresso observado) e o não domínio dos segmentos mais qualificados das fileiras de produção. A debilidade do tecido industrial reflecte-se, inclusivé, a nível de aquisição de componentes por parte de algumas indústrias mais inovadoras. Situação que obriga estas empresas à concentração vertical (Vide: Expresso, 2 de Maio de 1992; "Fabricação de máquinas não eléctricas"). A "industrialização" de Portugal retarda-se comparativamente à observada nos NICs asiáticos (ex. Coreia), como mostra o Quadro 10.

Quadro 10 - Indicadores de Industrialização

		Coreia *		Portugal **
		1964	1982	1988
% PNB	Primário	46,5	14,8	6,1
	Indústria (a)	17,2	29,5	26,7
% Emprego	Primário	61,9	29,7	20,7
	Indústria	8,8	23,3	35,1
% Indústria de base no total do				
	VA da indústria (d)	26,3	52,9(b)	33,6
Exportações	Agricultura e pesca	30,3	5,2(c)	7,6
	Indústria	51,6	94,4(c)	85,4

(a) - Indústria extractiva e transformadora

(b) - dado de 1981

(c) - dado de 1983

(d) - Químicas, petróleo, metalurgia de base, maquinaria e material de transporte

Fonte: * - PARK, 1986, p. 316; ** - Estatísticas INE

4.2 - Estrutura do emprego

A população activa portuguesa tem progressivamente registado um acréscimo de participação da mulher (cerca de 30% em 1970; 35% em 1981 e 38,7% em 1987), ultrapassando, inclusivé, a média europeia (33,3%). Os sectores de actividade feminizados são a agricultura (característica dos países do Sul da Europa) e o sector terciário. Na indústria cerca de 25% dos activos são mulheres.

A estas são destinadas, tradicionalmente, as tarefas menos qualificadas, mais particularizadas, repetitivas e monótonas (que caracterizam as montagens em série) com elevada componente manual, mais sedentárias e “menos responsáveis”.

Assim, em consonância com a estrutura do tecido produtivo, o emprego feminino (Quadro 11) concentra-se nos sectores têxteis e confecções (cerca de 60%). Entretanto o ligeiro acréscimo observado nas indústrias de bens de equipamento correlaciona-se com a expansão das indústrias de artigos eléctricos e electrónicos.

Quadro 11 - Emprego feminino (%)

	1972	1984
Bens de consumo	68,0	71,5
Bens Intermédios	20,6	16,8
Bens de Equipamento	11,4	11,5

Fontes: Recenseamentos Industriais, INE

A feminização do emprego conjuga-se com o forte concurso de jovens. Com efeito, cerca de 35% dos activos na indústria transformadora têm idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos. Contando-se, ainda, com trabalho infantil, que representa cerca de 2%.

Salienta-se, também, o baixo nível de escolaridade da mão-de-obra portuguesa: maioritariamente possui o grau elementar (cerca de 74%), cerca de 1% o grau superior e com os graus intermédios 25%.

Estas características correlacionam-se com o emprego de pessoal não qualificado, com baixos custos (salários, encargos de segurança social e outras despesas) que traduzem as “vantagens comparativas” de Portugal (Quadro 12).

Neste contexto, os operários são a força de trabalho dominante em conformidade com a utilização de técnicas de produção retardadas (Quadro 13).

Entretanto, as empresas/“nichos” de novas tecnologias debatem-se com carência de pessoal qualificado.

Apesar, do baixo custo comparativo da mão-de-obra, os empregadores evidenciam tendência para aumento de formas “precárias” de emprego, a fim de tornarem ainda mais flexível e menos dispendiosa a mão-de-obra; e de fundamentarem neste factor a competitividade das empresas (cfr. Quadro 12).

Quadro 12 - Salários/hora**
Indústria Transformadora

Alemanha	8,48
Bélgica	8,17
Dinamarca	9,18
Espanha	6,42*
França	6,46
Grécia	5,01
Holanda	8,54
Irlanda	7,58
Itália	7,28*
Luxemburgo	9,03
Portugal	3,53
Reino Unido	8,4

*Estimativas; Fonte: Eurostat

** Padrão de poder de compra correntes. Dados de Outubro de 1986

Quadro 13 - Repartição profissional

	Portugal (1981)		(a)	USA (b)
	Bens Consumo	Bens Intermédios	Bens Equipamento	Bens Equipamento
Quadros	2,2	6,0	4,8	7,8
Colaboradores	9,3	13,8	10,0	25,5
Operários	90,7	80,2	85,2	66,7

Fonte: (a) RODRIGUES, 1992, p. 186 e 187; (b) ONUDI (1970/1975).

Note-se que em 1988, relativamente ao custo salarial francês, considerado na base 100 no sector dos têxteis, a Coreia do Sul correspondia a 21% e a China a 2%, de acordo com L. CARROUÉ (1992, p. 56).

As formas precárias do emprego têm vindo a conjugar-se com formas de “exteriorização” do trabalho: subempreitada, subcontratação e trabalho temporário assumindo frequentemente formas de trabalho “clandestino” (trabalho ao domicílio individual ou familiar) que emergem, geralmente, como formas legais de trabalho por conta própria (Quadro 14).

Quadro 14 - Tipo de vínculo dos trabalhadores - 1984 (%)

	Vínculo				
	Perma- nente	Contratos a prazo	Novos Contratos a prazo	Clandes- tinos 1981	Conta Própria 1981
Bens de consumo	82,8 a)	17,2 a)	76,5 a)	13,2 a)	6,9 a)
Bens Intermédios	88,9	11,2	67,3	29,8	3,2
Bens de Equipamento	90,9	8,8	57,5	5,1	2,8
Total Act. Económicas	87,0	12,9	66,4	22,8	16,3

a) Confecção - 79,9; 20,1; 80,3; 20,0; 14,1 respectivamente

Fonte: RODRIGUES, 1992, p. 181.

No entanto, estas tendências são comuns aos países industrializados e defendidas como sendo uma das soluções para combater a crise com que se debate a economia.

São formas de utilização da mão-de-obra que possibilitam travar os custos salariais, reduzir os conflitos laborais e o poder negocial dos sindicatos/assalariados. Porém, se apresentam "vantagens" num curto prazo, no futuro os reflexos, na qualidade do trabalho e na valorização dos recursos humanos, são manifestamente negativos.

E, finalmente, a complementaridade de actividades, de que se destaca a agricultura; cerca de 22% da população assalariada possui explorações agrícolas (Fig.4).

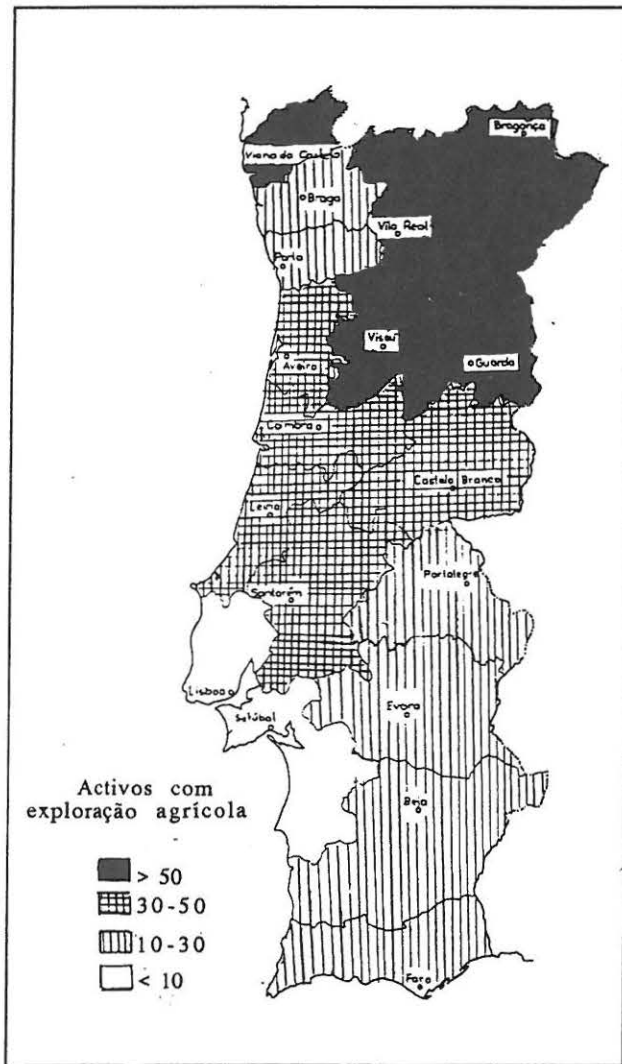


Fig. 4 - Agricultura Complementar
Fonte: RODRIGUES, 1992, p. 178

Segundo os defensores deste "modelo italiano", o trabalho clandestino facilita o dinamismo económico, estimulando o emprego, o consumo e o investimento. Conjugado com a

actividade complementar faz baixar as reivindicações salariais e nos meios rurais permite o reforço dos rendimentos familiares que desmotivam a emigração.

Esquecem-se, no entanto, os efeitos consequentes das perdas de receitas do Estado e da Segurança Social e, ainda, da degradação/insegurança das condições de trabalho, do absentismo e dos prejuízos directos e indirectos provocados a todos os trabalhadores abrangidos pela economia legal, como justamente, sublinha M. J. RODRIGUES (1992).

4.3 - Litoralização da economia

A faixa litoral, compreendida genericamente entre Braga e Setúbal, continua a concentrar população (densidades entre 100 e 800 hab./Km², sendo a média nacional 100 hab./Km²) e equipamentos, a gerar maior volume de tráfego diversificado e logicamente a contribuir mais para o PNB.

Em função da dinâmica evidenciada pelo tecido produtivo perspectiva-se o reforço da litoralização da economia, como indicia a distribuição territorial dos projectos apresentados, e aprovados, no âmbito do Sistema de Incentivos (Fig.5).

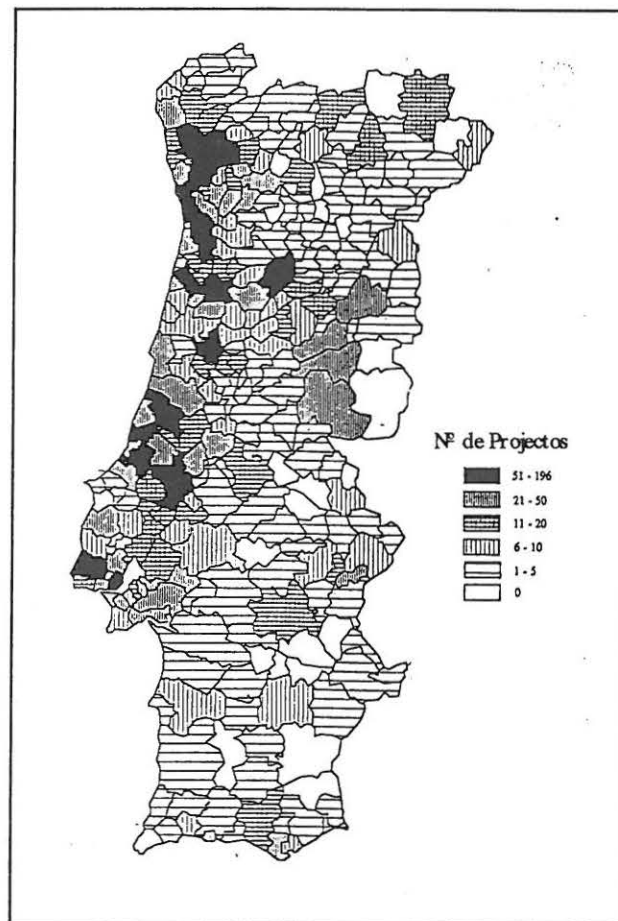


Fig. 5 - Total de Projectos subsidiados pelos Sistemas de Incentivos
Fonte: COSTA, F. et al, 1992

A gradual diluição, longitudinal, da estrutura produtiva, permite distinguir 3 regiões (Fig. 6):

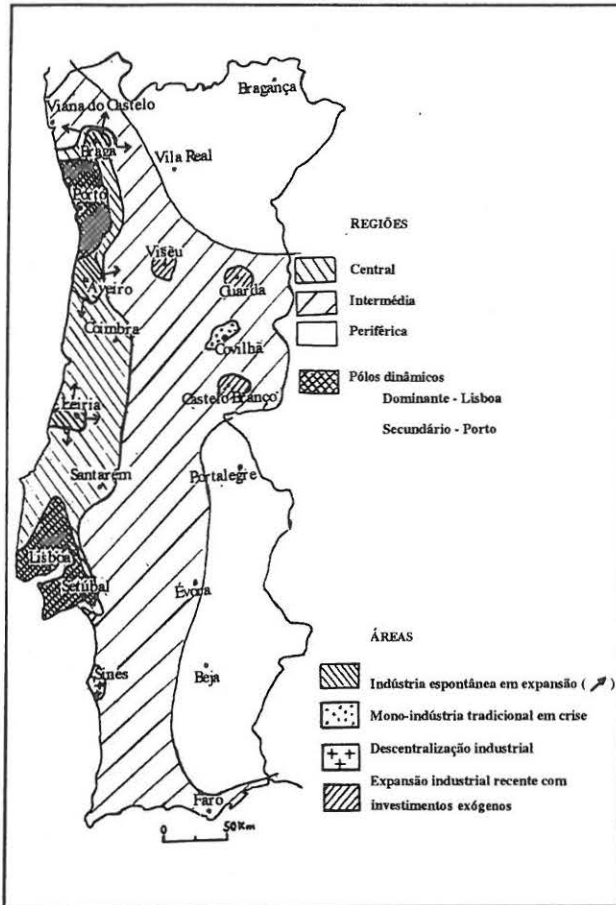


Fig. 6 - Regionalização da dinâmica da “industrialização”

1 - Uma região que podemos designar de “central” onde se localizam cerca de 83% das empresas, 92% do emprego, 94% do volume de negócios da actividade industrial e 67% das empresas fabris com volume de vendas superior a 500 milhões de escudos.

Nesta região distinguem-se:

- O pólo dinâmico dominante Lisboa/Setúbal que detém a gama completa de actividades, equipamentos e nichos de inovação tecnológica, 46,6% do VAB e 40% do volume de negócios da actividade industrial e cerca de 73% dos quadros superiores e médios.

- O “Grande Porto” constitui, por sua vez, um pólo dinâmico secundário. O volume de negócios realizado pela indústria representa apenas 20%. Situação que está em conformidade com as características do tecido produtivo: as indústrias de bens de consumo representam 65,7% (43,8% são têxteis e confecções), bens intermédios 20,5% e bens de equipamento 13,8%.

Neste contexto, os quadros médios e superiores representam apenas 13,5%.

No espaço urbano/industrial que medeia estes dois pólos desenvolvem-se sistemas integrados locais (Cfr. Fig. 6) em constante adaptação, baseados em indústria de raiz endógena e dotados de acentuada expansão, em que existem intensas relações interfirmas, com estabelecimento de subcontratação.

Segundo a estrutura produtiva é possível distinguir 3 tipos diferentes usando a nomenclatura do IRER - Instituto Regionale di Recherche per Lombardia (SEGRE, 1986, p.137):

- “Áreas especializadas caracterizadas pela predominância de um sector tipificado, pelo elevado nível de competição entre produtores de um mesmo/similar produto, ligações verticais entre firmas com divisão do trabalho interfirmas no sector da produção”. Exemplos: Braga (têxteis-confecção) e S. João da Madeira (calçado).

- “Sistemas de produção local com áreas de especialização, podendo ser mono-sectoriais, em que existem intensas relações interfirmas, com estabelecimento de subcontratação, situação que confere maior integração do sistema”. Exemplo: Marinha Grande (Moldes para os plásticos).

- “Áreas sistema em que é criada apreciável divisão do trabalho por firmas de actividades diversificadas através das trocas interindústrias e intraindústrias”. Exemplo: Águeda (produtos metálicos, artigos eléctricos e madeiras).

2 - Região intermédia com níveis de desenvolvimento fraco e limitado às sedes dos distritos. Apenas detém 12,5% das empresas, 7,1% do emprego e 5,2% do volume de negócios da actividade industrial.

O terciário é de tipo “arcaico” (tradicional: pequeno comércio, profissões liberais e serviços pessoais). Rede insuficiente de infraestruturas e equipamentos.

Nestas regiões distinguem-se, no entanto, algumas áreas de produção especializada (Cfr. Fig. 6), segundo tipologia apresentada por GAROFOLI (1983):

- Sistemas produtivos locais, de formação recente, em expansão, e fortemente apoiados por investimentos exógenos, incluindo investimento directo estrangeiro. Exemplos: Guarda, Castelo Branco e Viseu.

- Áreas de especialização tradicional e atingidas por crise progressiva. Exemplos: Covilhã/lanifícios da Serra da Estrela.

- Área de descentralização espacial, de indústrias de base, capital-intensivas, fundamentada no modelo de “industrialização” dos anos 60. Exemplo: Sines - complexo petro-químico.

3 - Região periférica subindustrializada, fortemente rural e subpovoada, contribuindo com menos de 5% para o VAB nacional, caracterizada pela marginalização e estagnação das actividades agropastoris.

CONCLUSÃO

Portugal, apesar de algum crescimento económico, continua a registar baixo Produto per capita (1970 dólares; Grécia 3550 e CE's 7519), peso relativamente fraco da indústria transformadora no PNB e forte percentagem de PME's.

Acrescem, ainda, as acentuadas diferenças de produtividade entre indústria/empresas e entre regiões. As situações dualistas são uma constante.

Porém, quiçá mais inquietante é a dependência tecnológica, em bens de equipamento, energética e financeira face às grandes economias industrializadas, o que constitui sério obstáculo ao desenvolvimento das estruturas económicas deste território.

Competitividade interna e externa baseada em baixos custos salariais, proporcionam a crescente penetração de firmas e de capital externo e reforça simultaneamente a dependência económica, fechando um círculo vicioso do qual se fica prisioneiro. Neste cenário, torna-se cada vez mais difícil criar cadeias interindustriais que articulem fileiras de produção e dominar sectores de produção estratégicos e mais qualificados. Só resta espaço para a proliferação de trabalho, de execução e de montagem, não qualificado.

Deste modo, a especialização produtiva é regulada pela nova divisão internacional do trabalho (expressa pela divisão vertical no interior dos sectores industriais, segundo os níveis de qualificação) comandada do exterior.

Para os territórios periféricos a subcontratação prefigura-se como uma via para constituir fileiras transnacionais, no contexto da divisão internacional do trabalho, reforçando a cooperação entre empresas. No entanto, o tecido industrial português revela-se frágil e com limitações para poder explorar as oportunidades do processo de desenvolvimento industrial (tecnológico e de competitividade) e das oportunidades criadas pela integração na Comunidade Europeia.

Sublinha-se, no entanto, que a concretização destas oportunidades concorrerá para o reforço do desequilíbrio regional/litoralização, em resultado das sinergias acrescidas nas áreas já industrializadas, se as políticas de desenvolvimento do Interior não forem compatibilizadas com o dinamismo do litoral.

BIBLIOGRAFIA

- CAETANO, Lucília (1984) - "A localização das indústrias no distrito de Aveiro. Ensaio do método das *Pléiades*", *Biblos*, vol. LX, pp. 23 a 36.
- CAETANO, Lucília (1991) - "Desindustrialização, reconversão e terciarização: algumas reflexões", *Cadernos de Geografia*, nº 10, Coimbra, p. 59 a 98.
- Caracterização das Empresas Portuguesas*, 1989, INE.
- CARRIÈRE, Jean-Paul et REIX, Véronique (1989) - "Investissements étrangers et disparités regionales: le cas du Portugal", comunicação apresentada ao Seminário Internacional

- Investissements Étrangers et Dynamiques Régionales*, GRERBAM, Coimbra.
- CARROUÉ, L. (1992) - "Mondialisation des économies et nouveaux systèmes régionaux intégrés. Le cas du nord-est asiatique", *L'Information Géographique*, Paris, nº 2, vol. 56, pp. 53 a 62.
- CHARFI, F. et HABAIEB, A. EL. (1989) - "Les entreprises manufacturières exportatrices en Tunisie: D'un effet macro-économique à un effet méso-économique". Comunicação apresentada ao *Seminário Internacional "Investissements Étrangers et Dynamiques Régionales"*, GRERBAM, Coimbra.
- COSTA, Fernanda et al. (1992) - "Políticas de desenvolvimento industrial. Novas estratégias, uma velha geografia", *Seminário Internacional "Serviços e Desenvolvimento numa Região em Mudança"*, CCRC e CE.
- COURRIET, Claude et LAGANIER, Jean (1984) - "Problemas de desenvolvimento na Europa: O caso dos centros atrasados da Europa do Sul", *Cadernos de Ciências Sociais*, Ano 1, nº 1, pp. 55 a 85.
- DEZERT, B. (1989) - "Formes d'agglomération et de dispersion dans les régions anciennement industrialisées", *Hommes et Terres du Nord*, Lille, nº 4, pp. 206 a 209.
- DOSSIER EUROPA, O (1991) - *A Comunidade dos Doze: números-chave*, 6-7, Comissão das Comunidades Europeias.
- Estatísticas do Instituto Nacional de Estatística*, Lisboa.
- A Europa em Números*, Objectivo 92, 2ª. ed., Eurostat.
- GABRIELLE, Jean-Paul (1986) - "Industry in Haute Marne: A rural Backwater in an advanced economy", in F.E. Ian HAMILTON Ed., *Industrialization in developing and peripheral regions*, Croom Helm, ed., pp.44 a 58.
- GEREFFI, Gary and WYMAN, Donald L. (1990) - *Manufacturing miracles. Paths of industrialization in Latin America and east Asia*, New Jersey.
- HOUSSEL, Jean-Pierre (1990) - "L'industrialisation des régions périphériques", *Actas da III Reunion de Geografia Industrial*, Sevilla, 27-29 Septiembre, pp. 2 a 19.
- LINGE, G.J.R., Ed.(1988) - *Peripheralisation and industrial change. Impacts on nations, regions, firms and people*, Croom Helm ed..
- MARQUES, Maria Manuel Leitão (1989) - *Subcontratação e autonomia empresarial. O caso português*, FEUC., tese mimeografiada.
- MARUANI, Margaret (1992) - "As mulheres no mercado do trabalho. Tendências e evolução nos doze países da Comunidade Europeia, 1983-1990", *Cadernos de Mulheres da Europa*, Comissão das Comunidades Europeias, nº 36.
- PARK, Sam Ock (1986) - "Regional changes in the industrial system of a newly industrializing country: the case of Korea", in F.E. HAMILTON Ed., *Industrialization in developing and peripheral regions*, Croom Helm ed., pp. 311 a 334.
- Portugal em Números* (1990) - Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- RODRIGUES, Maria João (1992) - *O sistema de emprego em Portugal. Crise e mudanças*, 2ª ed. Lisboa,
- SEGRE, Anna (1986) - "Change in a textile industrial area in Northern Italy", in: F.E. Ian HAMILTON Ed., *Industrialization in developing and peripheral regions*, Croom Helm ed., pp. 136 a 148.
- THOUVENOT, Claude et WITTMAN, Michel (1975) - *Geographie de la métallurgie de transformation*, Paris.

TODARO, Michael P., *Economic development in the third world*, 4ª ed., Longman ed. 1989.

VASCONCELOS, Donato de (1992) - "Uma breve radiografia do sector", *Expresso, Caderno Publimédia Dossiers sobre "Bens de Equipamento Portugueses"*, 2 de Maio.

VÁZQUEZ-BARQUERO, António (1986) - "The transformation of the industrial system in Spain, in: "F.E. Ian HAMILTON Ed., *Industrialization in developing and peripheral regions*, Croom Helm, pp. 114 a 135.

WATTS, H.D. (1989) - *Industrial Geography*, ed. Longman, 2ª ed..